



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ESGRIMA
CNPJ: 42.178.699/0001-24

CONTÉM:

1. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
2. BALANÇO PATRIMONIAL
3. DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO PERÍODO
4. DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA
5. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
6. NOTAS EXPLICATIVAS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs.
Presidente e Diretores
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ESGRIMA
Rio de Janeiro – RJ

Opinião Sem Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ESGRIMA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de Superávit ou Déficit, das Mutações do Patrimônio Social, Superávit ou Déficit acumulados, do Fluxo de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ESGRIMA** em 31 de dezembro de 2019, e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ESGRIMA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ESGRIMA** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram examinadas por outros auditores que emitiram relatório em 15 de março de 2019 com opinião sem ressalva sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

-) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
-) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade;
-) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
-) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter a continuidade operacional;
-) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.





Fornecemos também aos responsáveis pela entidade a declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 12 de Março de 2020.

INDEP AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-RJ: 0329 - CNPJ: 42.464.370/0001-20 - IBRACON: 031
SERGIO PAULO DA SILVA
Contador CRC-RJ 087960/O-0 - IBRACON 4061
SÓCIO – RESPONSÁVEL TÉCNICO

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ESGRIMA
CNPJ: 42.178.699/0001-24

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	NOTA	2019	2018
CIRCULANTE			
Disponível	04	317.873	489.400
Outros Devedores		1.325	24.957
TOTAL CIRCULANTE		319.198	514.357
NÃO CIRCULANTE			
IMOBILIZADO	05	63.819	2.392
TOTAL NÃO CIRCULANTE		63.819	2.392
TOTAL DO ATIVO ==>		383.017	516.749

PASSIVO	NOTA	2019	2018
CIRCULANTE			
Contas a Pagar		18.789	354.999
Salários a Pagar		2.530	-
Obrigações Sociais		59.358	36.066
Outros Credores		25.088	40.365
Provisões		78.028	58.080
TOTAL CIRCULANTE	06	183.793	489.510
NÃO CIRCULANTE			
Contas a Pagar		7.137	7.137
TOTAL NÃO CIRCULANTE		7.137	7.137
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Superávit/ Déficit Acumulado		55.121	20.102
Ajustes de Exercícios Anteriores		136.966	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	07	192.087	20.102
TOTAL DO PASSIVO ==>		383.017	516.749

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ESGRIMA
CNPJ: 42.178.699/0001-24

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO PERÍODO

RECEITAS	NOTA	2019	2018
RECEITAS OPERACIONAIS BRUTA			
Receitas Lei Agnelo Piva	11	3.255.015	3.115.106
Convênio CPB	11	1.196.995	-
Receitas de Recursos Próprios	12	1.192.992	511.015
Receita de Patrocínio	12	70.000	-
TOTAL OPERACIONAL BRUTA		5.715.001	3.626.121
NÃO CIRCULANTE			
Administrativas	13	813.445	840.300
Pessoal e Encargos	13	2.252.474	1.617.808
Viagens, Eventos e Campeonatos	13	2.618.618	1.164.411
TOTAL NÃO CIRCULANTE		5.684.537	3.622.519
Superávit/ Déficit Antes do Resultado Financeiro ==>		30.464	3.602
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas Financeiras		4.554	-
Despesas Financeiras		-	-
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO		4.554	-
Superávit/ Déficit do Exercício ==>		35.018	3.602



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ESGRIMA
CNPJ: 42.178.699/0001-24

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

RECEITAS	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Período	35.018	3.603
Depreciação e Amortização	5.272	652
Perda Cambial	-	-
Renda de Investimentos	-	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	136.966	-
Lucro Operacional Bruto Antes das Mudanças no Capital de Giro	177.257	4.255
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS	177.257	4.255
(Aumento) Redução em Contas a Receber e Outros	23.632	1.833
Aumento (Redução) em Fornecedores	(336.210)	- 20.355
Aumento (Redução) em Contas a Pagar e Provisões	19.948	204.473
Aumento (Redução) no Imposto de Renda e Contribuição Social	10.546	9.082
Caixa Proveniente das Operações	(104.828)	199.289
Juros Pagos	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	-
Fluxo de Caixa Antes dos Itens Extraordinários	(104.828)	199.289
Recebimento de Indenização de Seguro	-	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais ==>	(104.828)	199.289
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Compra de Imobilizado	(66.700)	-
Aquisição de Ações / Cotas	-	-
Recebimento por vendas de Ativos Permanentes	-	-
Juros Recebidos de Empréstimos	-	-
Caixa Líquido Usado Nas Atividades de Investimentos==>	(66.700)	0
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital	-	-
Empréstimos Tomados	-	-
Pagamentos de Empréstimos/ Debêntures	-	-
Caixa Líquido Gerado Nas Atividades de Financiamentos==>	-	-
AUMENTO / REDUÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	(171.528)	199.289
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO ==>	489.400	290.112
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO ==>	317.873	489.400

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ESGRIMA
CNPJ: 42.178.699/0001-24

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMONIO LIQUIDO

	Patrimônio Social	Superávit/ Déficit Exercício	Ajustes de Exercícios Anteriores	Superávit/ Déficit Acumulado
Saldo 31/12/2018	20.102	-	-	20.102
Superávit/ Déficit do Exercício	-	35.019	-	35.019
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	136.966	136.966
Saldo em 31/12/2019	20.102	35.019	136.966	192.087



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ESGRIMA
CNPJ: 42.178.699/0001-24

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

NOTA 01 – INFORMAÇÕES GERAIS

A **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ESGRIMA** (doravante denominada **CBE**) é uma associação de fins não econômicos, fundada em 05 de Junho de 1927, na cidade de São Paulo, com prazo de duração indeterminado, de caráter exclusivamente desportivo, com denominação de “União Brasileira de Esgrima”, pela Federação Paulista de Esgrima e Federação Metropolitana de Esgrima, constituída pelas demais federações filiadas, entidades de administração de esgrima, todas com direitos iguais, que no território brasileiro dirigem e venham a dirigir, de fato e eficientemente, a esgrima. De acordo com a legislação brasileira, a CBE tem completa independência e autonomia, fora de qualquer influência política, religiosa, racial e econômica.

A Confederação Brasileira de Esgrima, como “Confederação”, e designada pela sigla CBE, é filiada a “Federação Internacional de Esgrima”, denominada pela sigla FIE.

A Confederação tem por fim: administrar, dirigir, controlar, difundir, incentivar e propagar a esgrima em todo o território brasileiro, a prática da esgrima em todos os níveis, inclusive a esgrima praticada por portadores de deficiência, quando a Federação Internacional permitir, imprimindo à sua prática os princípios de ordem moral e educacional.

NOTA 02 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1) Declaração de Conformidade

As Demonstrações Contábeis da CBE são de responsabilidade da Administração da Entidade e foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em obediência à Lei das Sociedades por ações – Lei nº 6.404/76, sendo adotadas em 31 de dezembro de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.6358/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas estabelecidas pela NBC TG 1.000 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME) e ITG 2002 - Entidade Sem Finalidade de Lucros.

2.2) Base da Elaboração

As Demonstrações Contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de Ativos.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1) Moeda Funcional e de Apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações Contábeis são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a CBE atua (“moeda funcional”). As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da CBE e também sua moeda de apresentação.

3.2) Caixa e Equivalentes de Caixa

Estão representados pelos saldos dos depósitos bancários a vista, de livre movimentação em instituições bancárias no País.

As aplicações financeiras, representadas por investimentos temporários de curto prazo mantidos em instituições financeiras no País, com prazos de vencimentos de até três meses a contar da data de aquisição, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, são avaliados pelos valores efetivamente aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Nenhuma das aplicações financeiras é destinada à negociação ou se encontra disponível para venda, motivo pelo qual não são avaliáveis pelo seu valor justo ou de mercado. Deste modo, não foram efetuados registros contábeis no patrimônio líquido a título de ajuste de avaliação patrimonial em decorrência dos aumentos ou diminuições de valor resultante das avaliações pelo critério de valor justo ou de mercado, visto que os montantes demonstrados, efetivamente representam os respectivos valores de realização.

3.3) Apuração do Resultado.

O resultado é apurado segundo o Regime de Competência entre Exercícios.

3.4) Ativos e Passivos

Demonstrados aos valores de Realização ou Exigibilidade, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e encargos correspondentes.

Os valores Realizáveis ou Exigíveis no curso do Exercício Social subsequente estão classificados como Ativos e Passivos Circulantes.

3.5) Imobilizado/Intangível

Demonstrados ao custo de Aquisição, deduzido de Depreciação/Amortização Acumulada e de qualquer perda não recuperada acumulada, calculada segundo o método Linear, com base em taxas anuais que consideram a vida útil econômica dos bens.

A vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. A Administração, em seu melhor julgamento, entende que os principais ativos não sofreram significativas variações de preço desde a data da aquisição e/ou formação e, ainda, que as taxas admitidas para a depreciação representam adequadamente o tempo de vida útil-econômica esperada para os bens do ativo.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil líquido do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo é baixado.

3.6) Isenção de Tributos e Contribuições

A Entidade está isenta de pagamento do Imposto de Renda, da Contribuição Social, em virtude de não ter finalidade de lucros, conforme determinado pelo artigo 174 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 março de 1999.



NOTA 04 – DISPONÍVEL (CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA)

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	2019	2018
CAIXA	0	7.897
BANCOS CONTA MOVIMENTO	41.890	168.926
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	275.982	312.578
TOTAL	317.873	489.400

NOTA 05 – IMOBILIZADO/INTANGÍVEL

5.1) Composição do Imobilizado

DESCRIÇÃO DA CONTA	VALOR DE AQUISIÇÃO	DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	SALDO CONTÁBIL
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	42.772	-23.446	19.325
INSTALAÇÕES	15.427	-3.080	12.348
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	51.549	-19.403	32.146
TOTAL	109.748	-45.929	63.819

5.2) Movimentação do Imobilizado

DESCRIÇÃO DA CONTA	SALDO EM 2018	AQUISIÇÃO	BAIXA	DEPRECIÇÃO	SALDO LÍQUIDO EM 2019
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	22.832	19.939		-23.446	19.325
INSTALAÇÕES	2.682	12.745		-3.080	12.348
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	17.534	34.015		-19.403	32.146
TOTAL	43.048	66.700	0	-45.929	63.819

NOTA 06 – CONTAS A PAGAR

Estão assim demonstrados em 31 de Dezembro:

	2019	2018
Contas a pagar COB	41.878	383.405
Obrigações Sociais e trabalhistas	61.887	36.066
Provisões	78.028	58.080
Demais Contas a pagar	2.000	11.959
TOTAL	183.793	489.510

COB

Durante os exercícios de 2019 e 2018, a Confederação Brasileira de Esgrima recebeu recursos do COB, através de repasses da Lei Agnelo Piva. O saldo em 31 de Dezembro de 2019 é de R\$ 41.878

será utilizado para quitar despesas relativas a projetos não encerrados em 2019, ou devolvido ao COB.

NOTA 07 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio líquido da entidade é constituído pelos resultados acumulados de cada exercício, referente às operações inerentes da Entidade.

NOTA 08 – CONTIGÊNCIAS

A Administração, fundamentada, quando aplicável, em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho de eventuais processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Não há, no momento, qualquer processo contra a Entidade que gere a necessidade de provisão contábil e divulgação em nota explicativa.

NOTA 09 – SEGUROS

A Administração da Entidade optou por não realizar a contratação de seguros para cobertura de eventuais perdas que possam surgir com relação aos principais bens do ativo imobilizado, por julgar que os saldos estejam pulverizados em diversos itens de pequeno valor.

NOTA 10 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O principal ajuste realizado foi decorrente da apuração realizada na provisão para devolução de recursos ao COB, feita a maior no exercício de 2018, representado em Contas a Pagar COB no passivo circulante.

	Provisão 2018	Devolução 2019	Ajustes Exercícios Anteriores
DEVOLUÇÃO COB	350.073	205.935	144.141

NOTA 11 – RECEITAS DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

	2018	2018
Comitê Olímpico do Brasil (COB) - Lei Agnelo Piva	3.255.014	3.115.106
Comitê Paralímpico Brasileiro - Convênio CPB	1.196.995	
TOTAL	4.452.009	3.115.106

As receitas são decorrentes dos recursos liberados pela Lei Agnelo Piva através do Comitê Olímpico do Brasil (COB) e Comitê Paralímpico Brasileiro, para aplicação em fomento e desenvolvimento do desporto, manutenção do desporto e da Entidade, formação de recursos humanos, preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas e a participação ou organização de eventos esportivos.

NOTA 12 – RECEITAS DE RECURSOS PRÓPRIOS

	2019	2018

Eventos e anuidades de Federações	123.763	427.763
Mensalidades e taxas diversas	366.797	51.521
Receitas Eventuais	0	30.000
Inscrição Copa do Mundo e C R	702.432	0
Receita de Patrocínio	70.000	0
Total	1.262.992	509.284

12.1) Eventos e anuidades de Federações

Representadas por taxa anual para filiação de esgrimistas.

12.2) Mensalidades e taxas diversas

Representadas principalmente por recebimento de taxa de mensalidades dos clubes associados e taxa de inscrições de atletas para participação em torneios nacionais e internacionais.

12.3) Copa do Mundo de Cadeira de Rodas

Representadas principalmente por pacote de participação de competição internacional, contemplando inscrição na prova, hospedagem, transporte e alimentação.

12.4) Receita de Patrocínio

Representadas principalmente por patrocínio do Espaço Laser e Uniformes.

NOTA 13 – DESPESAS OPERACIONAIS

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

	2019	2018
Administrativas	813.445	840.300
Pessoal E Encargos	2.252.474	1.617.808
Despesas com campeonato	2.618.618	1.164.411
	5.684.537	3.622.519